

Para lavar a afronta



» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

empresas sediadas em solo estadunidense, como Google, YouTube e outros serviços da mesma família corporativa. Trata-se, em suma, de uma exclusão sistemática da vida globalizada moderna — um banimento que ultrapassa fronteiras físicas e se infiltra no cotidiano digital.

Ora, qualquer cidadão minimamente atento deveria ter se perguntado: que país é esse que vê seu magistrado supremo, no exercício de suas funções, ser ameaçado de forma tão insolente e explícita, e apenas debate os danos pessoais que a sanção pode acarretar ao ministro?

Porque o cerne do problema não é o indivíduo Alexandre de Moraes, mas o que ele representa. O alvo é o Supremo Tribunal Federal (STF). É o Poder Judiciário. É, por extensão, a soberania do Estado brasileiro e a dignidade institucional de todos os seus cidadãos. A ofensa ultrapassa o homem e atinge a estrutura da República. Por meio de Moraes, é o Brasil que se vê retratado como indigno, como país sem lei ou ordem legítima, sujeito à tutela moral e política de outra nação.

Não é necessário simpatizar com o ministro, nem endossar todas as suas decisões — o debate democrático permite crítica a qualquer autoridade pública. Mas há uma linha que não pode ser cruzada sem que haja consequências, ao menos morais: a linha da submissão silenciosa a um insulto dessa magnitude. Quando uma potência estrangeira cogita sancionar um membro do Judiciário de outro país por suas ações no exercício da função, o que se está dizendo, de maneira tácita, mas eloquente, é que aquele país já não é considerado par. É um satélite, uma colônia errante no século 21.

No entanto, estamos de mãos atadas. As

ferramentas de que dispomos para reagir são poucas e limitadas. Um protesto diplomático, talvez a convocação de nosso embaixador em Washington. Nada que realmente reverta o quadro ou restabeleça o equilíbrio. Entre iguais, lavava-se afronta com sangue. Não é mais o caso entre Brasil e Estados Unidos. Não temos os meios para enfrentar de igual para igual a potência que nos agride. Somos, neste momento, a parte fraca da equação.

Mais do que nunca, isso nos obriga a uma reflexão incômoda: que imagem temos projetado ao mundo? Que tipo de país somos, afinal, se aceitamos calados o rebaixamento institucional de nossas autoridades? A hostilidade americana não surgiu do nada — é sintoma de uma desordem mais profunda. Um país que se dobra internamente diante de chantagens, desinformação e golpismo não pode esperar respeito externo. De tanto brincar com coisa séria, fomos parar de cabeça pra baixo no centro de um mapa-múndi invertido.

A única atitude que nos resta é seguir adiante com firmeza institucional, sem recuar diante da pressão externa, sem hesitar em cumprir os ritos democráticos. O STF, encabeçado por ministros designados segundo o devido processo constitucional, precisa manter sua autonomia e levar até o fim o julgamento dos envolvidos na ousadia criminosa do 8 de Janeiro. Não se trata de vontade política — trata-se de dever institucional.

A integridade da República está em jogo. E embora não possamos lavar essa afronta com sangue, ainda podemos — e devemos — lavá-la com dignidade, coerência e firmeza democrática.

Ensinar para lembrar: como o Memorial Brumadinho pode ser ferramenta pedagógica



FABÍOLA MOULIN
Presidente da Fundação
Memorial de Brumadinho

A educação vai muito além do ensino formal. Como nos lembra Paulo Freire, o aprendizado se dá na troca de experiências, no contato com diferentes realidades e na reflexão crítica sobre o mundo. O Memorial Brumadinho é exemplo de um espaço vivo de aprendizado, onde a memória da tragédia de 25 de janeiro de 2019 pode ser transformada em conhecimento, sensibilização e ação para um futuro mais consciente e responsável.

Visitar o Memorial não é apenas um exercício de rememoração, mas um convite ao diálogo sobre questões fundamentais, como a preservação ambiental, a segurança do trabalho e a responsabilidade social. Alunos de diferentes idades, profissionais de diferentes áreas encontram ali uma oportunidade única de aprendizado, que extrapola as salas de aula e se conecta diretamente com a realidade. A experiência de aprendizagem no Memorial Brumadinho também remete à ideia de "educação para a memória", um conceito que o químico e escritor italiano Primo Levi, ao relatar os horrores do Holocausto, defendeu como essencial para evitar que tragédias se repitam. A memória, quando preservada e compartilhada, não é um peso do passado, mas um instrumento de transformação.

Os espaços construídos onde os eventos aconteceram, como é o caso do Memorial Brumadinho, no Córrego do Feijão, possuem um valor pedagógico inestimável, pois permitem que a história seja vista, sentida e contada numa narrativa que extrapola páginas de livro. Ao serem erguidos nos próprios locais dos acontecimentos, oferecem uma experiência que vai além da informação teórica, estimulando a reflexão e o engajamento emocional. O Memorial do 11 de Setembro, em Nova York, por exemplo, não apenas homenageia as vítimas, mas também educa sobre os impactos do terrorismo e a importância da paz. Da mesma forma, o Memorial de Hiroshima coloca os visitantes diante das evidências da destruição causada pela bomba atômica, promovendo uma profunda conscientização sobre os horrores da guerra e a urgência do desarmamento nuclear.

O campo de concentração de Auschwitz transformou o ensino sobre o Holocausto em uma experiência concreta, permitindo que visitantes compreendam a magnitude do genocídio, aprofundando o que está nos livros. Da mesma maneira, locais como o Memorial da Resistência, em São Paulo, preservam vestígios de períodos autoritários, ajudando a construir uma consciência cidadã sobre direitos humanos. Ao proporcionar um contato direto com os vestígios do passado, esses memoriais tornam-se salas de aula vivas, onde a memória coletiva se fortalece e as lições da história são transmitidas de maneira mais impactante e duradoura.

Mais do que um local de homenagem, o Memorial Brumadinho representa um compromisso com a verdade e o cuidado com cada vítima da tragédia. Ele dá voz às vítimas e suas famílias, garantindo que suas histórias não sejam esquecidas e que sirvam de alerta para futuras gerações. Nesse sentido, ele se torna um legado para a educação em direitos humanos, estimulando debates sobre ética, governança e responsabilidade empresarial.

Para além disso, o Memorial foi pensado para ser um espaço interdisciplinar para professores e pesquisadores. Historiadores, geógrafos, sociólogos, cientistas ambientais e diferentes profissionais podem utilizá-lo como um laboratório vivo para estudos e discussões sobre os impactos sociais e ambientais dos desastres industriais. Essa abordagem integrada reforça a importância do aprendizado baseado em vivências e numa análise mais aprofundada da realidade.

O Memorial também se configura como um ponto de encontro para comunidades atingidas por tragédias semelhantes, permitindo que diferentes grupos compartilhem experiências e aprendam uns com os outros. Esse intercâmbio de vivências contribui para o fortalecimento da resiliência coletiva e para o desenvolvimento de políticas mais eficazes de prevenção e mitigação de riscos socioambientais.

Com oficinas, palestras e exposições interativas pensadas para o espaço, a experiência de aprendizado se torna mais dinâmica e transformadora, assegurando que a memória do desastre não apenas seja preservada, mas também inspire mudanças reais na sociedade.

O Memorial Brumadinho vai além de um espaço físico e pode ser pensado como um "organismo vivo e em movimento". Não é apenas um local de lembrança estática, mas um espaço dinâmico de reflexão, aprendizado e transformação social. Ele acolhe novas narrativas, promove diálogos e mantém sua relevância ao longo do tempo, acompanhando as mudanças da sociedade e as necessidades das comunidades envolvidas.



Reduzir jornada de trabalho sem aumento de produtividade é receita para o desastre



» FLÁVIO ROSCOE
Presidente da Federação das
Indústrias do Estado de Minas
Gerais (Fiemg)

coletiva entre trabalhadores e empregadores, não por imposição constitucional.

O que se propõe no Brasil é uma jabuticaba que sairá muito cara para o conjunto da sociedade, pois ignora um "pequeno" detalhe: produtividade.

Imaginemos que o trabalhador brasileiro é um corredor e que ele demora oito horas para completar uma maratona. O trabalhador dos Estados Unidos demoraria só duas horas para correr o mesmo percurso. A produtividade do trabalho no Brasil — isto é, o quanto de valor cada hora trabalhada cria — é quatro vezes menor que a dos EUA, tomada aqui como referência. Até nossos vizinhos da Argentina e do Chile têm uma produtividade maior, correspondente a 40% da norte-americana.

Ainda mais grave é a proposta de redução da jornada máxima legal de 44 horas semanais. Esse teto é fundamental para garantir flexibilidade. Ele permite que, em momentos de maior demanda, as empresas operem com jornadas mais extensas, dentro da lei, sem recorrer à informalidade.

Exatamente a lógica que prevalece na União Europeia, principal laboratório da semana de quatro dias. Na Alemanha, por exemplo, onde a jornada média efetiva se mantém baixa, ao redor de 34 horas, a jornada máxima permitida por lei é de 48 horas; na Bélgica, é de 50 horas. São países que entenderam a importância de manter esse espaço de manobra que o Brasil agora busca extinguir.

A Gerência de Economia e Finanças Empresariais da Fiemg fez um cálculo otimista, considerando (1) que a jornada legal brasileira seria reduzida de 44 para 40 horas (e não 36 horas, como propõe a PEC); e (2) que

o ganho médio de produtividade do país seria de 1% ao ano (um pouco acima da média histórica verdadeira, de 0,9%).

Nesse cenário — o qual, repito, é otimista — o PIB brasileiro cairia 14,2% com o fim da "escala 6x1". As perdas no faturamento das empresas seriam de R\$ 2,6 trilhões e a arrecadação de impostos sofreria um golpe de mais de R\$ 100 bilhões. Além disso, cerca de 16 milhões de trabalhadores seriam dispensados, provocando uma perda de R\$ 428 bilhões na renda da população.

Mexer nessas regras significa também aumentar a informalidade, uma vez que muitas empresas irão recorrer a contratações flexíveis para não onerar ainda mais sua folha de pagamentos. Produtos e serviços ficarão mais caros, pois os custos de contratações adicionais serão repassados ao consumidor. Ou seja, reduzir a jornada de trabalho de cima para baixo, sem negociação por categoria, é sinônimo também de inflação.

Quando deixamos de lado as paixões e vamos aos números, é fácil perceber que medidas populistas não param em pé. Uma luta realista e consequente pela redução da jornada de trabalho — pauta à qual ninguém se opõe por princípio — começaria enfrentando nossos gargalos de produtividade, que vão da qualificação da mão de obra à infraestrutura logística deficiente, da baixa intensidade tecnológica à complexidade regulatória, que gera insegurança jurídica. Essa é a nossa verdadeira lição de casa.

A redução da jornada de trabalho de forma abrupta e sem compensação em produtividade equivale, hoje, a brigar com a matemática mais elementar. Como sempre, quem pagará essa conta será a população mais pobre.

O setor produtivo brasileiro foi colocado diante de um precipício. A PEC 8/2025, apresentada no início do ano e de autoria da deputada Erika Hilton (Psol-SP), propõe eliminar a chamada escala 6x1 (seis dias de trabalho por um de descanso), reduzindo a carga horária semanal máxima de 44 para 36 horas e instituindo não a escala 5x2, bastante comum no país, mas a 4x3 (quatro dias de trabalho por três de descanso).

Qualquer estimativa honesta dos impactos dessa mudança mostrará que ela é simplesmente inviável — a não ser que a escolha seja fingir que uma redução tão drástica da jornada de trabalho, sem redução de salário e sem qualquer compensação em produtividade, não produzirá custos econômicos e sociais.

"Mas a semana de quatro dias não está sendo adotada no mundo todo?" Não dessa maneira. Em boa parte dos países europeus, há projetos de lei ou, no máximo, projetos piloto bem localizados. Ou seja, existem testes. Os países que de fato adotaram o novo modelo o fizeram de maneira bem diferente do que é proposto na PEC 8/2025: a Bélgica tem semana de quatro dias, mas carga horária diária de 9,5 horas; a Grécia, idem, sem redução da jornada semanal; a Áustria estabeleceu o modelo via negociação